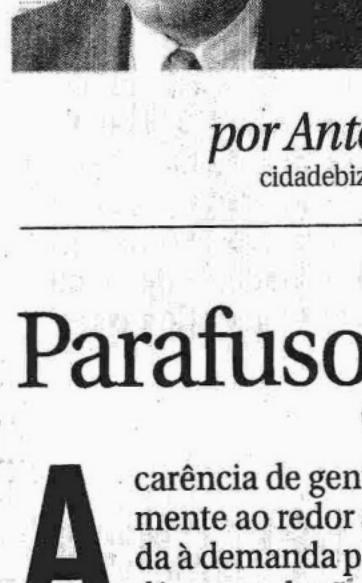


30 DEZ 2006

CORREIO BRAZILIENSE



BRASIL S/A

por Antônio Machado

cidadebiz@correio.com.br

Parafuso empanado

Economia - Brasil

Acarência de gente talentosa no governo, especialmente ao redor do gabinete presidencial, associa- da à demanda por crescimento bem acima da me- diocre evolução do PIB nas últimas décadas, pro- duziu um estilo curioso de gestão nesta transição de mandatos sem ruptura: os temas econômicos são discutidos, e aparentemente deliberados, em ondas, como capítulos estanques e não partes de um processo que só funciona se todas as peças interagirem com coerência.

À falta de gente qualificada, experiente e confiável no entorno de Lula, muitos poucos se dedicam a tudo, o que sobrecarrega esta minoria — que está longe de ser privilegiada, dada a intensa carga de trabalho —, e a induz, com freqüência, a subestimar a floresta na ânsia de plantar uma árvore. O programa econômico do segundo mandato vai, assim, sendo tocado por etapas, não como um conjunto.

Equivale a tornear um parafuso sem se saber a dimen- são do buraco em que se vai enroscá-lo. O presidente tem bastante experiência prática para saber o problema que dá um parafuso mal torneado.

Vive-se agora o capítulo do crescimento tocado por in- vestimentos, em especial em energia e logística e com fi- nanciamento público, um desafio e tanto, cuja viabilida- de, nos termos definidos por Lula — o crescimento econô- mico ao ritmo de 5% a/a, o que exige o gradual aumento da taxa de investimentos dos atuais 20% para 25% do PIB em quatro anos —, ainda está sujeita a comprovação.

O peso avassalador dos gastos correntes do governo, que crescem à base de 6% a/a acima da evolução do PIB, e de parte dos juros da dívida sobre o orçamento da União faz o investimento ser tratado, na prática, como a variável de ajuste. Isto é, seja qual for sua dotação, o governo inves- te, de fato, apenas a migalha que sobrar, depois de execu- tar todos os gastos obrigatórios — que, pela lei, passam de 80% das receitas e, para valer, estão entre 92% e 98%.

Peque-se a execução orçamentária de 2006: da dotação de R\$ 25,5 bilhões reservados a investimento, pouco mais de 5% do orçamento fiscal total, o governo só havia empe- nhado até 27 de novembro R\$ 13,7 bilhões, a metade do previsto, e pago a nenharia de R\$ 3,9 bilhões, 15,3% dos in- vestimentos projetados, faltando exato um mês para aca- bar o ano. Que empenhe R\$ 15 bi- lhões, o que implica restos a pagar para 2007, o governo terá investido pouco mais de 3% de um orçamen- to de quase R\$ 470 bilhões — cerca de 0,6% a 0,7% do PIB.

MANIFESTAR-SE CONTRA O CORTE DE GASTOS, COMO FEZ LULA, NÃO IMPLICA QUE TAL AÇÃO ESTEJA DESCARTADA

Culpa da boca grande

Tais números são realidade. As ten- tativas da equipe presidencial de produzir soluções para a economia crescer 5% ao ano, conforme a me- ta auto-imposta por Lula — “Ah! Essa minha boca grande”, talvez ele se lamente —, são, por ora, apenas isso: tentativas. Deve-se, por isso, receber com extrema reserva os

anúncios do presidente de que não aceitará propostas de cortes de gastos e reformas como a da Previdência, cujo déficit está estimado em R\$ 42 bilhões.

Lula quer evitar polêmicas, mesmo sabendo de ini- güidades, como as aposentadorias integrais do setor público, e distorções atuariais, como o valor das contri- buições ao INSS (31%, um recorde, afora os países es- caninhavos, entre parte do empregador e do emprega- do) não custear o benefício previdenciário durante o tempo de fruição. O que ele não gostaria de fazer não implica que deixará de fazer.

Um atraso de 20 anos

Cada coisa em seu lugar. Agora é tempo, no governo, de encontrar a fórmula que, misturando dinheiro captado no

mercado por meio de fundos paraestatais e financiamen- tos dos bancos públicos, permita “destravar” os projetos

de saneamento, habitação para baixa renda, portos, usi-

nas de energia elétrica e estradas. Grosso modo, é isso que

vem embaixo da rubrica infra-estrutura de responsabili-

dade do Estado, a que se vai incorporar o capital privado

mediante as PPP, parcerias público-privada. Nelas, o go-

verno também terá de entrar com dinheiro fiscal. Há 20

anos não se fazem tais coisas.

Logo os artifícies do Lula 2 serão forçados a conciliar a intenção de investir com a limitação orçamentária. Será a hora do pesadelo, se a soma das partes exceder o todo.

Até como satisfação ao Banco Central terá de haver ajuste fiscal. A ministra Dilma Rousseff tem razão ao dizer

que “o Brasil é um dos poucos países emergentes que

destruiu a capacidade de planejamento em logística”, e

não só. Mas crescimento e estabilidade não têm de ser

eventos conflitantes.

Há apenas sete meses em Washington, Levy estava ir- reducível. O não menos sedutor governador Aécio Neves,

que acompanhara Cabral em Washington para encontros

no BID e no Banco Mundial, ajudou no assédio. Mas foi

um telefonema de Lula que assegurou a volta de Levy. Ele

vai implementar no Rio a versão fluminense do choque

de gestão aplicado por Aécio em Minas. Lula não dá pon- to sem nó: Levy será um forte aliado para as reformas fis- cais. E, ao fundo, o eixo Minas-Rio, com Aécio e Cabral

tocando de ouvido.